

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006305-46.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Indústria de Implementos Agrícolas Siltomac Ltda.**
 Requerido: **Fundição Prestes Ltda.**

Vistos.

Indústria de Implementos Agrícolas Siltomac Ltda ajuizou ação de indenização por danos materiais em face de **Fundição Prestes Ltda** onde alega, em síntese, que atua no ramo da industrialização de implementos agrícolas, comércio de peças e equipamentos para agricultura e pecuária. Aduziu que no decorrer do ano de 2013 contratou a ré para fundição de aproximadamente 1.560 peças de 25 tipos diferentes, que serviriam para a composição das máquinas agrícolas de sua linha de produção, além de reposição do estoque para posterior comercialização. Afirmou que os pedidos eram encaminhados à ré com os moldes e as especificações técnicas de acordo com as necessidades apresentadas no desenvolvimento de sua atividade. Disse que algumas peças entregues pela ré apresentaram defeitos visíveis e por isso foram devolvidas com o respectivo desconto nas notas fiscais ao passo que outras foram empregadas na linha de produção ou comercializadas e também passaram a apresentar defeitos jamais verificados, tendo a autora arcado com os prejuízos junto a seus clientes. Alegou que a ré não possuía laboratório em suas instalações capaz de conferir a adequação e qualidade necessárias de acordo com os pedidos realizados e que, em análise técnica por ela efetuada, constatou-se por amostragem que as peças fabricadas pela ré desobedeceram as especificações técnicas solicitadas nos pedidos. Em decorrência destes fatos, a autora suspendeu os pedidos de fornecimento das peças fabricadas pela ré e solicitou a restituição dos moldes encaminhados para a fabricação, tendo estes sido devolvidos totalmente descaracterizados, o que levou a autora a custear a reforma destes bens. Então, em virtude dos danos provocados no decorrer da relação contratual, pleiteou a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados, no importe de R\$ 119.535,66, devidamente atualizados e acompanhados dos respectivos juros. Juntou documentos.

A ré foi citada e contestou o pedido. Arguiu, em preliminar, a incompetência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

territorial do juízo. No mérito, alegou que a parte autora tinha pleno conhecimento de sua capacidade técnica, seu pequeno porte e da ausência de laboratório específico em suas instalações. Aduziu que a autora entregou os moldes e sabia da necessidade de adequação para início do processo de fabricação das peças. Daí por que se afigura impossível a condenação ao custeio do quanto necessário para readequar os referidos moldes. Afirmou que do total de 1.561 peças por ela entregues, 386 foram recebidas pela autora sem qualquer recusa e que apenas uma pequena parcela apresentou defeitos. Pugnou pela decretação da improcedência do pedido.

A autora apresentou réplica.

O feito foi saneado e determinou-se a produção de prova pericial, cujo laudo foi acostado aos autos. Após, os esclarecimentos solicitados pela ré, as partes se manifestaram em alegações finais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido procede em parte.

A relação contratual mantida entre as partes é incontroversa e está bem demonstrada pelas notas fiscais, pedidos de compra e *e-mails* que acompanharam a petição inicial (fls. 31/171), em relação ao que não há necessidade de maior digressão, pois bem estabelecido este fato entre os litigantes com respaldo na prova produzida.

Por outro lado, após a realização da prova pericial, restou devidamente demonstrada a falta de correspondência das peças fabricadas pela ré e adquiridas pela parte autora com as especificações técnicas aplicáveis ao tipo de insumo fabricado e expressamente solicitadas no ato da contratação. Esta solicitação fica bem demonstrada na análise dos pedidos de compra, onde existem referências ao modelo da peça solicitada e à especificação do ferro fundido a ser empregado (GGG 40 ou GGG 70).

O *expert* concluiu que *"na maior parte das amostras analisadas o fornecedor não atendeu as especificações necessárias para se classificar o ferro fundido como nodular de acordo com as normas técnicas relativas (fl. 405). [...] Diante dos resultados apresentados e discutidos neste laudo e das respostas às questões anteriores deste quesito, pode-se dizer que os produtos fundidos em questão não apresentam uma boa*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

qualidade quando a exigência é um ferro fundido nodular GGG40/GGG70, de acordo com as normas já citadas, em especial a norma DIN 1693". Ainda, restou devidamente demonstrado que "as peças segregadas não se prestam aos fins para os quais foram encomendadas, visto que não atendem à norma que caracteriza os ferros fundidos GGG40 e GGG70" (fl. 408).

Então, está bem claro que o objeto do contrato de venda e compra celebrado entre as partes e representado pelas sucessivas entregas efetuadas pela ré à autora, não correspondeu às especificações técnicas necessárias para que os insumos pudessem ser devidamente utilizados no desenvolvimento da atividade empresarial da parte autora, o que obriga a ré a indenizá-la dos prejuízos causados, nos exatos termos do quanto disposto pelos artigos 389 e 402, do Código Civil.

Resta, pois, quantificar o valor das perdas e danos.

A autora afirmou na petição inicial ter pago, efetivamente, pela aquisição das peças junto à parte ré o valor de R\$ 144.057,65 (cento e quarenta e quatro mil e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) (fl. 03, último parágrafo), já deduzidos os valores de peças prontamente devolvidas ante os defeitos aparentes encontrados. Posteriormente, a parte autora postulou a restituição do equivalente a 343 peças que foram segregadas de seu estoque e, em relação às quais o perito judicial atribuiu o valor equivalente a R\$ 61.562,36 (sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos). Este valor deve ser reparado pela ré, pois devidamente comprovado nos autos que ele corresponde a peças entregues e não utilizadas na linha de produção ou estoque por falha técnica na sua fabricação, cuja culpa restou atribuída à fornecedora. Sublinhe-se que a despeito de indicado valor menor pela autora na inicial relativo a esta parcela do pedido (R\$ 59.380,48), o perito atribuiu valor singelamente superior, o que deve ser adotado, pois a autora apenas estimou este valor e o *expert* efetuou sua conclusão com base em seus conhecimentos técnicos, o que deve ser considerado e acolhido.

A autora pleiteia também a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 15.056,89 (quinze mil e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos) em razão de 19 (dezenove) peças que apresentaram problemas com clientes e tiveram que ser repostas em garantia a cargo da parte autora (fl. 07, terceiro parágrafo e planilha de fl.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

202), valor que também deve compor o *quantum* final, uma vez que os documentos de fls. 203/276 são suficientes para demonstrar o atendimento que a autora prestou junto a seus clientes para substituição das peças adquiridas, computados os valores gastos com o transporte das mercadorias, o que deve compor as perdas e danos, em respeito ao princípio da reparação integral.

Pelos mesmos fundamentos, é cabível a indenização pelas despesas desembolsadas pela autora para a elaboração de laudo pericial inicial (fls. 187/200), uma vez que esta providência se afigurou importante inclusive para fundamentar a propositura da demanda. Ora, caso não fosse constatado, de plano, o defeito na fabricação das peças adquiridas pela autora, embora submetida a análise sobre o crivo do contraditório, esta conduta por ela adotada poderia inclusive evitar o ajuizamento da ação. Além disso, os documentos mencionados comprovam o efetivo desembolso do valor pago.

É necessário ainda que a ré indenize a parte autora em relação ao valor gasto para readequação dos moldes fornecidos para a fabricação das peças, considerando que a parte autora comprovou ter desembolsado a importância de R\$ 4.560,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais) para reforma e recuperação destes bens que pertenciam a ela e cujo relatório de fls. 182/184 bem demonstra a situação em que foram recebidos quando da rescisão do contrato mantido entre as partes.

Saliente-se que não há nos autos qualquer prova que dê guarida à alegação da ré no sentido de que a autora tinha plena ciência de que os moldes deveriam ser adequados antes do início do processo industrial desenvolvido pela fornecedora. À falta de elementos concretos a respeito desta convenção, presume-se que os bens fornecidos pela autora (moldes) deveriam ser restituídos ao final da relação contratual no mesmo estado em que foram entregues pela compradora, o que obriga a ré a indenizar o valor gasto para recuperação destes bens de propriedade da primeira.

No entanto, não pode ser objeto da condenação o valor supostamente gasto pela parte autora com a usinagem de algumas peças entregues pela ré. A planilha na qual ela se fundamenta para fixar o valor de R\$ 33.833,29 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e nove centavos) pleiteados a este título carece de comprovação documental de que este valor tenha sido efetivamente pago. A planilha apresentada se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

traduz em mero controle interno da parte autora e por isso mesmo não se presta para fins de fixação das perdas e danos.

Portanto, a despeito de o perito ter concluído que "*as peças necessitam passar pelo processo de usinagem para os ajustes dimensionais e acabamento superficial antes de serem comercializadas*" (fl. 408, resposta ao quesito nº 13), a parte autora não logrou demonstrar o efetivo desembolso de quantia em dinheiro destinada a custear este procedimento técnico, daí por que a inclusão desta parcela na condenação poderia representar enriquecimento sem causa de sua parte.

Ante o exposto, **julgo procedente em parte o pedido, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 87.884,25 (oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), a título de perdas e danos a favor da parte autora, com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação.**

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão suportadas na proporção de um terço sob responsabilidade da parte autora e dois terços pela parte ré, nos termos do artigo 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Considerando que os honorários advocatícios são direito do advogado, sendo vedada a compensação, nos termos do artigo 85 § 14, do Código de Processo Civil, condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios em favor do advogado da parte ré, no valor equivalente R\$ 3.000,00 (três mil reais) e condeno a ré a pagar ao advogado da parte autora honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação, observado o proveito econômico obtido por ambas as partes e os critérios do artigo 85, § 2º, do mesmo diploma legal.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 23 de janeiro de 2017.

Daniel Luiz Maia Santos

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**